III CURSO PÓS-GRADUADO DE APERFEIÇOAMENTO EM DIREITO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E DA PROVA

Coordenadores:
Professora Doutora Maria Fernanda Palma
Professor Doutor Augusto Silva Dias
Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes

PROGRAMA

ANO LECTIVO DE 2011-2012

Sessão de abertura

29 de Março de 2012 - Sessão de abertura

Estado de Direito e investigação criminal: lógica, justificação e limites de constitucionalidade
Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma

I. Investigação criminal no Estado de Direito

31 de Março de 2012 - 1.ª sessão

Novas tecnologias, novos paradigmas da investigação criminal e Estado de Direito
Prof. Doutor Augusto Silva Dias
A incerteza factual e os standards de prova
Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes

14 de Abril de 2012 - 2.ª sessão

Evolução histórica da investigação criminal em Portugal
Prof.ª Doutora Sílvia Alves
Os modelos de prova: as diferentes racionalidades
Mestre Rui Soares Pereira

II. Os elementos do crime no âmbito da investigação criminal

21 de Abril de 2012 - 3.ª sessão

Causalidade e imputação objectiva
Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
O uso legítimo da força e das armas por parte das forças policiais
Dr. João Raposo
Os limites da tentativa e a sua importância no âmbito da investigação criminal e das acções preventivas
Mestre Helena Morão

28 de Abril de 2012 - 4.ª sessão

Teoria geral da infracção e investigação criminal
Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma
A prova da continuação criminosa como atenuante da pena
Mestre Helena Morão

5 de Maio de 2012 - 5.ª sessão

O dolo como elemento de facto e respectiva prova em julgamento
Prof.ª Doutora Maria Fernanda Palma
A prova dos factos no concurso de crimes
Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida
Comparticipação e criminalidade
Mestre Maria da Conceição Valdágua

III. Crimes em especial e investigação criminal

12 de Maio de 2012 - 6.ª sessão

Causas de exclusão da ilicitude e da culpa e dever de acusar por parte do Ministério Público
Mestre Helena Morão

Os estados emocionais (modificações da culpa) e a investigação criminal dos homicídios
Prof. Doutor João Curado Neves
O dolo como elemento de facto e respetiva prova em julgamento
Mestre João Matos Viana
Problemas de consentimento no âmbito dos crimes contra a liberdade sexual
Mestre Vânia Costa Ramos

19 de Maio de 2012 - 7.ª sessão

Cooperação internacional judiciária e policial para combate à criminalidade económica : em especial, o branqueamento de capitais
Procurador da República Dr. Jorge Costa
Crimes económicos e financeiros em articulação com as principais necessidades da investigação criminal: o problema dos *off-shores*
Mestre João Matos Viana

26 de Maio de 2012 - 8.ª sessão

A investigação criminal: furto, roubo e burla
Prof. Doutor João Curado Neves
Crimes fiscais: problemas ligados à investigação
Procurador da República Dr. Carlos Adérito Teixeira
Manipulação de mercado
Mestre Frederico de Lacerda da Costa Pinto

2 de Junho de 2012 - 9.ª sessão

Combate ao lucro ilícito
Prof. Doutor Augusto Silva Dias
A função do crime de associação criminosa no âmbito da investigação criminal da criminalidade económica e financeira
Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira
A perda alargada de bens e a recuperação de activos
Procurador da República Dr. Carlos Adérito Teixeira

IV. O objecto da investigação criminal enquanto prova do crime: o conceito processual penal de prova e o Direito probatório em articulação com a prática da investigação criminal

9 de Junho de 2012 - 10.ª sessão

Orientações de política criminal e responsabilidade política do PGR
Procuradora-Geral Adjunta Dr.ª Francisca van Dunem
Autonomia técnica e táctica das polícias
Ministério Público - Dr. João Batista
Cooperação entre polícias na produção da prova
Polícia Judiciária - Dr. Pedro Felício

16 de Junho de 2012 - 11.ª sessão
A função do crime de branqueamento de capitais no âmbito da investigação criminal e as dificuldades probatórias
Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Meios de prova: reconstituição do facto e prova pericial
Polícia Judiciária - Dr. Pedro Fonseca
O depoimento indirecto e a legalidade da prova
Mestre Frederico da Costa Pinto

23 de Junho de 2012 - 12.ª sessão

O papel do investigador e do julgador na prova da inimputabilidade. O valor das perícias.
Prof.ª Doutora Carlota Pizarro Almeida
Nemo tenetur se ipsum accusare
Prof. Doutor Augusto Silva Dias
Constituição de arguido
Mestre Rui Patrício
A relevância das declarações anteriores ao julgamento
Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes

30 de Junho de 2012 - 13.ª sessão

Os problemas tradicionais da prova no homicídio
Prof.ª Doutora Carlota Pizarro de Almeida
A utilidade da colaboração do co-arguido na investigação criminal e limites à valoração probatória
Mestre Inês Ferreira Leite
A valoração da prova
Juiz Desembargador Dr. Carlos de Almeida
O juízo probatório na sentença
Mestre Rui Soares Pereira

7 de Julho de 2012 - 14.ª sessão

Reconhecimento
Juiz Desembargador Dr. Carlos de Almeida
Valor probatório da confissão
Mestre Rui Soares Pereira
Técnicas de validação da prova testemunhal
Mestre João Gouveia de Caires

14 de Julho de 2012 - 15.ª sessão

O papel do investigador e do julgador na prova da inimputabilidade. O valor das perícias.
Prof.ª Doutora Carlota Pizarro Almeida
Medidas cautelares e de polícia e sua repercussão na investigação criminal
Mestre João Gouveia de Caires
Medidas de coacção
Mestre António Sol

21 de Julho de 2012 - 16.ª sessão

Buscas e apreensões
PAINEL
Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Mestre João Matos Viana
Ministério Público

28 de Julho de 2012 - 17.ª sessão

Buscas e inspecções: os limites ao dever de colaboração e repercussões no âmbito da investigação criminal
Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
As proibições de prova: o efeito à distância e necessidade de seguir caminhos alternativos de prova de investigação criminal
Mestre Helena Morão
Esferas de reserva da vida privada, tutela penal e novas tecnologias
Mestre Miguel Prata Roque

V. Novos e velhos paradigmas de meios de obtenção de prova: dos antigos meios ocultos ao advento da era digital ao serviço da investigação criminal

8 de Setembro de 2012 - 18.ª sessão

Buscas *on-line*
Prof. Doutor Augusto Silva Dias
Os direitos de terceiro e o regime jurídico das apreensões para investigação criminal
Mestre Vânia Costa Ramos
O regime legal das escutas telefónicas e a sua repercussão na prova
Mestre Francisco Aguilar
A Lei do Cibercrime e o regime do art. 189.º do CPP
Mestre Vânia Costa Ramos

15 de Setembro de 2012 - 19.ª sessão

O registo de som e imagem e as escutas ambientais
Mestre João Gouveia de Caires
O recurso a agentes infiltrados e eficácia da investigação criminal: a protecção de testemunhas
Dr. Carlos Pinto de Abreu
Vigilância policial
Mestre António Sol

22 de Setembro de 2012 - 20.ª sessão

Novíssima reforma do Código de Processo Penal
Dr. António João Latas
Novas tecnologias e prova: em especial, localização celular e geo-referenciação
Polícia Judiciária
Acesso aos autos
Mestre Raul Soares da Veiga

VI. Sujeitos da investigação criminal: poderes e deveres (estudo do Direito regulador da actividade do Ministério Público e das Polícias)

29 de Setembro de 2012 - 21.ª sessão

Estatuto do MP, hierarquia interna e eficácia da perseguição penal
Procuradora-Geral Adjunta Dr.ª Francisca van Dunem
Investigação criminal, prevenção e *intelligence*
Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes

VII. Cooperação Internacional e Europeia

6 de Outubro de 2012 - 22.ª sessão

Cooperação Judiciária na União Europeia
Prof.ª Doutora Constança Urbano de Sousa
Obtenção de prova no contexto transnacional na União Europeia
Mestre Vânia Costa Ramos

CONDIÇÕES GERAIS DO CURSO

Tempo letivo: 2 semestres letivos, de Março a Outubro de 2012
Carga horária do curso: 308 horas, repartidas do seguinte modo:
- Tempo lectivo: 88 h
- Projecto de relatório e investigação orientada: 80 h
- Relatório: 140 h

Avaliação: apresentação de um projecto de relatório no primeiro semestre e elaboração do relatório no final do segundo semestre. O relatório deverá ter um máximo de 50 páginas, obedecendo ao formato A4, letra 12, espaço e meio.
Créditos: 7,5 *ECTS*, que corresponde a equivalência da disciplina de Direito Processual Penal no Curso de Mestrado Profissionalizante em Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para quem se inscrever e concluir a avaliação com aproveitamento.